

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Índice

Relatório da Administração 2025	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15
Balanco Patrimonial	18
Demonstração de Resultado	19
Demonstração de Resultados Abrangentes	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	21
Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
Demonstração do Valor Adicionado	23
1. A Companhia e suas operações	24
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	25
3. Práticas contábeis materiais	25
4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	25
5. Novas normas e interpretações	26
6. Caixa e equivalentes de caixa	28
7. Contas a receber	28
8. Arrendamentos	30
9. Fornecedores	32
10. Partes relacionadas	32
11. Processos judiciais e contingências	33
12. Tributos	35
13. Patrimônio líquido	39
14. Resultado financeiro líquido	41
15. Custos e despesas por natureza	41
16. Resultado na venda de turbogerador	42
17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	42
18. Eventos subsequentes	44
Diretoria Executiva	45
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - Exercício Social 2025	46

Baixada Santista Energia S.A.
CNPJ/MF Nº 03.059.729/0001-21
NIRE 35 300 3486 99

Relatório da Administração 2025

Cumprindo os preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (BSE) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

MENSAGEM DA DIRETORIA

Compartilhamos aqui os resultados de 2025 da Baixada Santista Energia. Eles sintetizam a superação de desafios, com escolhas estratégicas consistentes com foco na geração de valor e otimização de recursos.

A Baixada Santista Energia S.A. (“Baixada Santista Energia”) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e foi constituída em 23 de março de 1999, cujo objeto social é o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia encerrou o exercício social de 2025 em um contexto de transição estratégica relevante, marcado pelo término de um modelo de negócios que sustentou de forma consistente e bem-sucedida suas operações por aproximadamente 17 anos, e pela execução de diretrizes alinhadas ao Plano Estratégico corporativo da Baixada Santista Energia.

No exercício de 2025, a Companhia registrou o prejuízo líquido de R\$ 27.693 mil, resultado dos fatores estruturais e estratégicos decorrentes do encerramento definitivo do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga, evento associado ao encerramento do modelo de negócios ora estabelecido para a Companhia.

O desempenho econômico-financeiro da BSE em 2025 reflete, entre outros aspectos:

- o encerramento progressivo do modelo de negócios, que historicamente assegurou bons resultados para a companhia;
- a manutenção de custos fixos e obrigações contratuais perante terceiros inerentes à estrutura operacional existente, mesmo em cenário de redução de receitas;
- encerramento das pendências com a EMAE;
- alienação de turbogerador à Petrobras.

A Administração ressalta que tais efeitos eram esperados e previstos em relação ao encerramento do modelo de negócios do arrendamento da UTE Piratininga, tendo sido considerados nos cenários econômicos que embasaram as decisões estratégicas adotadas.

Ao longo do exercício, a Companhia manteve padrões elevados de governança corporativa, observando rigorosamente:

- as diretrizes legais e regulatórias aplicáveis à BSE classificada como empresa estatal pela Lei 13.303/16 e o decreto 8.945/16;
- as políticas corporativas e normativos internos desdobrados pela controladora;
- os princípios da legalidade, transparência, eficiência, economicidade e responsabilidade corporativa.

A gestão da sociedade seguiu orientada pelo tratamento de riscos, preservação do patrimônio, controle de despesas e fortalecimento dos mecanismos de conformidade, mesmo em um ambiente de transição e restrição econômica.

O prejuízo apurado no exercício não compromete a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos de curto e médio prazos, tampouco descaracteriza a continuidade operacional no horizonte avaliado pelas demonstrações financeiras.

A Administração monitora permanentemente os cenários econômico-financeiros, adotando medidas compatíveis com a nova realidade da BSE, incluindo:

- revisão e racionalização de custos e despesas;
- alinhamento contínuo com as diretrizes da controladora.

Para o próximo exercício, a Companhia seguirá focada na execução das diretrizes estratégicas definidas, avaliando, de forma criteriosa e responsável, as melhores alternativas para maximização de valor econômico e tratamento de riscos empresariais.

A Administração entende que o resultado do exercício de 2025 reflete um momento de transição consciente e estrategicamente orientado, após um ciclo longo e bem-sucedido de operação, e reafirma seu compromisso com a condução responsável, transparente e técnica dos negócios da Companhia, sempre alinhado com as diretrizes da nossa Controladora.

ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

As boas práticas de governança corporativa e *integridade* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Assim, assumimos compromissos em nossa estratégia com base nas boas práticas adotadas pela controladora Petrobras, que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Nossa estratégia, a qual inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa empresa e considerados em todas as nossas decisões.

Buscamos continuamente avanços de governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Baixada Santista Energia. E adotamos rigorosos padrões de ética e integridade por meio de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso.

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

Nesse sentido, as temáticas sociais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da gestão do ativo, mas da forma de fazê-la.

Todos estes aspectos reforçam a importância dos nossos pilares estratégicos, que trazem robustez e segurança nas estratégias adotadas. Assim, continuaremos atuando com alta produtividade, otimização de custos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a Acionista Petrobras e para a sociedade.

Todas as nossas conquistas ao longo de 2025 são resultado de muito afinho e trabalho árduo e elas seriam impossíveis sem o pleno empenho e dedicação de todos.

Gostaríamos de destacar, nosso reconhecimento à Acionista Petrobras pelo importante papel e contínuo apoio à execução da nossa estratégia.

Convidamos todos vocês a conhecer as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 da Baixada Santista Energia.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu os direitos e obrigações do Instrumento Particular de Arrendamento dos ativos da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga (Contrato de Arrendamento) para a Baixada Santista Energia, por meio da celebração do Segundo Termo Aditivo ao referido Contrato, em 27 de abril de 2007, entre a Petrobras e a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tinha o prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura em 27 de abril de 2007, cuja vigência encerrou em 27 de abril de 2024.

Em 3 de janeiro de 2011, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Locação e Outras Avenças com a Petrobras, cujo objeto é a locação do Turbogenerador nº 2, com capacidade de 159,9 MW, com vigência até 15 novembro de 2024, o qual teve o seu prazo de vigência postergado até 15 de maio de 2025 e posteriormente até 15 de maio de 2026, por meio da celebração do Terceiro Termo Aditivo.

Em 01 fevereiro de 2013, a Baixada Santista Energia celebrou o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto era a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, arrendada da EMAE, com capacidade instalada de 95 MW cada, que operava em ciclo combinado com as 4 Unidades Geradoras a gás natural da UTE Nova Piratininga, de propriedade da Petrobras.

Em 01 de julho de 2017, foi firmado novo Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo prazo de vigência encerrou em 27 de abril de 2024.

Em razão do interesse das partes em negociar de forma global os termos de encerramento definitivo das pendências do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga, em 26 de abril de 2024, a BSE, EMAE e Petrobras firmaram o Termo de Quitação Parcial e Pendências. Em 25 de julho de 2025, a BSE assinou o Termo de Encerramento Definitivo com quitação total das pendências do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga, no qual a Companhia reconheceu a obrigação do pagamento de indenização à EMAE de R\$ 226.219 mil a título de recomposição da depreciação dos ativos arrendados durante todo o período de vigência do Contrato.

Em 26 de dezembro de 2025, a BSE e a Petrobras assinaram o instrumento de compra e venda do conjunto turbogerador “TG02” de propriedade da BSE para a Petrobras no valor de R\$ 136.298, objeto do contrato de locação assinado em 03 de janeiro de 2011 com a Petrobras. Com a venda do equipamento, o Contrato de locação foi encerrado antecipadamente, sem ônus para as partes.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Em 2025, a Baixada Santista Energia registrou o Prejuízo Líquido de R\$ 26.693 mil, frente ao resultado positivo de R\$ 38.273 mil auferido no exercício de 2024. A seguir, serão apresentados os comentários sobre as principais variações ocorridas no exercício de 2025.

Lucro Bruto

Desde a adoção do CPC 06/R2 em 2019, a Baixada Santista Energia reconheceu a receita do fluxo de recebíveis dos contratos celebrados com a Petrobras e o passivo de arrendamento com a EMAE. Em decorrência desta adoção, os juros sobre o arrendamento da EMAE e disponibilidade das máquinas à PETROBRAS eram reconhecidos no Resultado Financeiro.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas encerraram o exercício de 2025 em R\$ 1.908 mil representando uma redução de 3% em relação ao resultado auferido em 2024. As despesas gerais e administrativas decorrem principalmente de despesas com reajustes de contratos e provisões de serviços já existentes.

Despesas Tributárias

Em 31 de dezembro de 2025, foi apurado o saldo de R\$ 1.106 mil em Despesas Tributárias, menor em R\$ 6.610 mil (-86%) que o saldo apurado em 2024, tendo em vista que naquele exercício foram reconhecidas as despesas não recorrentes de reembolso de IPTU à EMAE em cumprimento ao Termo de Encerramento e Quitação Parcial e Pendências do Arrendamento da UTE Piratininga celebrado com a EMAE.

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou em menor recolhimento tributário pela Baixada Santista Energia.

Resultado Financeiro Líquido

Com a adoção do CPC 06/R2 a partir de 2019, a apropriação dos juros dos recebíveis decorrente dos reajustes dos contratos de receita de arrendamentos financeiros celebrados com a Petrobras (Contrato de Disponibilidade de Máquinas encerrado em 27/04/2024 e de Locação do Turbogenerador nº 2 encerrado antecipadamente em 26/12/2025), classificados contabilmente como arrendamento mercantil financeiro, reduzem à medida da proximidade do término dos prazos de vigência.

Ao analisarmos as receitas financeiras de 2025, que apresentaram um saldo de R\$ 70.772 mil, constatamos o aumento de R\$ 19.007 mil em relação ao exercício de 2024. Esse resultado é atribuído principalmente ao registro da receita de arrendamento em 15 de maio de 2025 devido à prorrogação do contrato de locação do turbogenerador.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu aumento da receita financeira associado ao maior saldo aplicado em função ao ingresso de valores decorrentes de restituições de créditos fiscais (R\$ 13.718 mil). Tais ingressos possuem natureza pontual e contribuíram para a melhoria da posição de caixa no período.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício de 2025, foram apurados R\$ 4.900 mil de imposto de renda e contribuição social diferidos em função da apuração dos tributos do contrato de locação do turbogenerador nº 02.

DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Nossa Política de Remuneração ao Acionista tem como princípios, dentre outros, estabelecer as regras e procedimentos relativos à distribuição de proventos por meio de

Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), de maneira transparente e de acordo com as normas legais, estatutárias e demais regulamentos internos, buscando garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto e médio prazos e promover a previsibilidade do fluxo de pagamentos de proventos à acionista.

Em razão do prejuízo apurado no exercício, não há como a Administração propor destinação de resultado, nos termos da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia e das práticas de governança adotadas.

A Administração reafirma que tal cenário se encontra marcado pelo encerramento planejado de um ciclo de negócios de longo prazo e pela execução das diretrizes estratégicas definidas pela Companhia e alinhadas com nossa controladora.

Diante disso, está sendo encaminhada para a apreciação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2026 a proposta do registro do resultado do exercício integralmente absorvido como Prejuízos Acumulados, permanecendo registrado no patrimônio líquido da Companhia.

A Política de Remuneração à Acionista pode ser acessada pela internet em nosso site <https://baixadasantistaenergia.com.br>.

PLANO ESTRATÉGICO

Nosso Plano Estratégico 2026 foi desenhado considerando direcionadores estratégicos desdobrados da controladora PETROBRAS, estabelecidos no início de 2025, em observância às práticas de governança vigentes, ao compromisso com a geração de valor e à nossa sustentabilidade financeira para o cumprimento das nossas obrigações.

Os direcionadores do Plano de Negócios 2026 da Baixada Santista Energia são:

- Envolvimento da Diretoria Executiva;
- Duas métricas de topo e uma métrica específica que orientam o Plano de Negócios da Companhia;
- Disciplina na execução: acompanhamento sistemático de metas e correção de distorções.

VISÃO, PROPÓSITO, VALORES E DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS

Nossa visão representa uma síntese do nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, nossos parceiros e acionistas.

Nossa Visão, Missão e Valores

O Plano de Negócios da BSE tomou como base a Visão e os seus Valores fundamentais abaixo que são os pilares das métricas de topo e específica da Companhia, a saber:

- Cuidado com as Pessoas: cuidar das pessoas, promovendo diversidade, equidade e inclusão, saúde, bem-estar e segurança física e psicológica.
- Integridade: agir com ética, transparência e coerência entre discurso e prática.
- Sustentabilidade: gerar valor para a Companhia e as partes interessadas.
- Inovação: Construir novos caminhos para a companhia, superando barreiras com colaboração, capacidade técnica e aprendizagem contínua.
- Comprometimento: trabalhar com excelência e propósito em prol dos interesses da Companhia.

Direcionadores Estratégicos

A BSE definiu como estratégia associada ao atributo “Uma empresa de arrendamento de ativos em energia”, conforme a seguir:

- Gerir o arrendamento de seus ativos de energia elétrica, buscando a alternativa que maximize o valor para a Empresa.

Assim como, foram definidas duas estratégias associadas ao atributo “rentável”:

- Garantir disciplina do uso de capital e retorno aos acionistas, com alta confiabilidade e previsibilidade na sua entrega, para manter estrutura ótima de capital e retorno ao acionista;
- Otimizar continuamente os custos de acordo com as melhores práticas nacionais;
- Promover cultura participativa e de confiança mútua orientada para resultados que agreguem valor, com segurança, ética, responsabilidade, estímulo ao debate, meritocracia, simplicidade e conformidade;
- Otimizar a gestão financeira e de riscos empresariais da BSE para geração de valor;
- Comprometimento com a melhor alocação de capital.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A gestão de riscos representa uma peça importante para o atingimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico da empresa, pois busca identificar, medir e desdobrar ações de resposta aos riscos de forma a mitigar seus eventos e efeitos, aumentando a chance de sucesso na realização do nosso planejamento.

Anualmente, levando em consideração a matriz de riscos corporativos da Baixada Santista Energia e a estratégia da empresa, são definidos aqueles riscos que devem ser reportados prioritariamente à Administração, passando a ser conhecidos como “Riscos Estratégicos”. A seleção dos Riscos Estratégicos é realizada levando em consideração sua importância para a implementação do Plano Estratégico da empresa, sua abrangência, seu grau de severidade e/ou recursos demandados para seu tratamento.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

Programa Compromisso com a Vida

O Programa Compromisso com a Vida, cuja adoção do primeiro ciclo desdobrado pela controladora PETROBRAS ocorreu em outubro de 2016, é composto por modelos estruturantes definidos com base na análise crítica da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com referência nas melhores práticas desdobradas pela PETROBRAS às suas participações societárias, buscando o fortalecimento da nossa visão e valores, tendo como base os seguintes princípios:

- SMS como valor,
- Respeito à Vida,
- Gestão Baseada em Risco,
- Excelência e Transparência no Desempenho.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Baixada Santista Energia possui a Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

- Diretoria Executiva;
- Conselho Fiscal com funcionamento permanente;
- Comitê de Auditoria Estatutário compartilhado com a controladora; e
- Comitê de Elegibilidade compartilhado com a controladora.

POLÍTICA DE EQUIDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 e em consonância com a Lei nº 13.303/2016, a Companhia adota princípios de equidade, diversidade e inclusão como fundamentos de sua governança corporativa, orientando suas práticas institucionais e relações internas e externas.

A Política de Equidade da Companhia tem por finalidade assegurar tratamento isonômico, justo e respeitoso com os colaboradores, administradores, prestadores de serviços e demais partes interessadas, vedando qualquer forma de discriminação baseada, entre outros aspectos, em gênero, raça, cor, etnia, idade, orientação sexual, identidade de gênero, religião, condição física, origem social ou quaisquer características individuais.

As práticas de gestão de pessoas observam critérios objetivos, técnicos e transparentes, fundamentados no mérito, na competência profissional e nas necessidades organizacionais, assegurando igualdade de oportunidades e mitigação de vieses discriminatórios.

Considerando a estrutura organizacional enxuta da Companhia e o atual contexto de otimização societária, as diretrizes de equidade permanecem plenamente observadas, garantindo que eventuais decisões relacionadas à gestão de pessoas sejam conduzidas com imparcialidade, transparência, respeito aos direitos trabalhistas e observância da legislação aplicável.

A Companhia mantém ambiente de trabalho pautado pelo respeito mútuo, pela dignidade da pessoa humana e pela ética nas relações profissionais, não sendo toleradas práticas de assédio moral, assédio sexual ou quaisquer condutas incompatíveis com os princípios de equidade. Tais diretrizes encontram-se refletidas em seus normativos internos, especialmente no Código de Conduta Ética e nas políticas corporativas correlatas.

A Administração reforça o compromisso com a promoção da equidade por meio de orientações institucionais compatíveis com a dimensão e a complexidade operacional da Companhia, entendendo que tais princípios contribuem para a integridade organizacional, o fortalecimento da governança e a sustentabilidade institucional, mesmo em contextos de transição ou encerramento de atividades.

Apresentamos os dados da BSE em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei 6.404/76, conforme a Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - Indicadores de Equidade de Gênero

Indicador de Equidade	2025	2024	Comentário
1. Total de pessoas empregadas (por sexo)	0	0	A BSE não possui empregados.
2. Mulheres contratadas			A Diretoria Executiva da BSE possui 2 cargos (Diretora Administrativa e Diretor Técnico), sendo o cargo de Diretora Administrativa ocupado atualmente por mulher, desde 01/02/2022.
- área operacional	0	0	
- nível médio/superior	0	0	
- nível gerencial	0	0	
- Alta Administração	1 (50%)	1 (50%)	
3. Proporção de mulheres em cargos de administração	1 (50%)	1 (50%)	Diretora Administrativa
4. Remuneração média mensal – sexo feminino	R\$ 37.320,81	R\$ 32.682,89	
5. Remuneração média mensal – sexo masculino	R\$ 33.230,21	R\$ 28.837,84	
6. Comparativo de remuneração mensal – percentual (mulher vs homem)	112%	113%	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Nossos auditores independentes não podem prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria. A KPMG Auditores Independentes Ltda. (KPMG), é atualmente a empresa responsável pela prestação de serviços de auditoria independente do exercício social de 2025.

Os serviços prestados pelos nossos auditores são analisados e são objeto de apreciação pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado PETROBRAS - CAECO. Os Auditores Independentes confirmam anualmente por escrito sua independência ao CAECO.

AGRADECIMENTOS

Nós registramos agradecimento e reconhecimento aos nossos conselheiros fiscais, acionista e parceiros pela confiança e empenho durante o ano de 2025.

Cubatão/SP, 04 de março de 2026.

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa
(assinado eletronicamente)

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Técnico
(assinado eletronicamente)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Baixada Santista Energia S.A.
Cubatão - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baixada Santista Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Encerramento dos contratos de arrendamento

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia reduziu significativamente suas atividades operacionais, mantendo exclusivamente com a sua controladora (Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras) a prática de compartilhamento de custo.

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras analisa alternativa de otimização societária da Companhia e seguirá como responsável pelo suporte financeiro por período indefinido, não inferior aos doze próximos meses, mantendo assim o pressuposto de continuidade operacional. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2025	2024	Passivo	Notas	2025	2024
Caixas e equivalentes de caixa	6	8.479	6	Fornecedores	9	167	7.772
Contas a receber, líquidas	7.1	141.169	19.934	Dividendos a pagar	13.4	993	9.090
Contas a receber – FIDC	7.4	30.020	243.376	Obrigações Trabalhistas		1	5
Tributos sobre o lucro	12.1	18.533	5.021	Impostos e contribuições a recolher	12.2	65	458
Impostos e contribuições	12.2	46	3.384				
Ativo circulante		198.247	271.721	Passivo circulante		1.226	17.325
Impostos e contribuições	12.2	11.044	17.608	Tributos diferidos sobre o lucro	12.1	1.656	6.556
Tributos sobre o lucro	12.1	65.985	61.931	Provisão para processos judiciais e administrativos	11.1	-	23
Ativo não circulante		77.029	79.539	Passivo não circulante		1.656	6.579
				Passivo circulante e não circulante		2.882	23.904
				Capital social realizado		297.136	297.136
				Reservas de lucros		2.951	30.220
				Prejuízos acumulados		(27.693)	-
				Patrimônio líquido	13	272.394	327.356
Total do ativo		275.276	351.260	Total do passivo		275.276	351.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	15.1	(1.908)	(1.972)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15.2	(226.869)	(1.118)
Resultado na venda de turbogerador	16	118.560	-
Tributárias	15.3	(1.106)	(7.716)
		(111.323)	(10.806)
Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		(111.323)	(10.806)
Resultado financeiro líquido	14	78.933	57.282
Receitas financeiras		70.772	51.765
Despesas financeiras		(22)	(221)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		8.183	5.738
Lucro (prejuízo) líquido antes dos tributos sobre o lucro		(32.390)	46.476
Tributos sobre o lucro	12.1	4.697	(8.203)
Lucro (prejuízo) do exercício		(27.693)	38.273
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)		(0,09)	0,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) do exercício	(27.693)	38.273
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(27.693)	38.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	297.136	12.536	-	309.672
Lucro líquido do exercício	13.2	-	38.273	38.273
Dividendos adicionais aprovados	13.4	(11.499)	-	(11.499)
Reserva legal	13.3	1.914	(1.914)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.4	-	(9.090)	(9.090)
Dividendos adicionais propostos	13.4	27.269	(27.269)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	297.136	30.220	-	327.356
Saldos em 01 de janeiro de 2025	297.136	27.269	-	327.356
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(27.693)	(27.693)
Dividendos adicionais aprovados	13.3	(27.269)	-	(27.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	297.136	-	(27.693)	272.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(27.693)	38.273
Ajustes para:			
Juros do subarrendamento		-	(1.147)
Juros sobre arrendamento do turbogerador		(9.682)	(6.809)
Rendimentos de recebíveis de ativo financeiro		(22.569)	(21.484)
Variações monetárias e encargos financeiros		1.324	605
IRRF sobre Juros pagos nos dividendos		(75)	(136)
Reajuste de arrendamentos		(37.727)	(20.418)
Atualização sobre impostos e contribuições		(9.511)	(7.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	12.1	(4.900)	(1.145)
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.1	203	9.348
Baixa da provisão do P&D		-	814
Juros sobre outros passivos		-	82
Provisão para processos judiciais e administrativos	11	23	19
Baixa de recebíveis	15.2	650	(1.119)
Resultado na venda de turbogerador	16	(118.560)	-
Redução (Aumento) de ativos:			
Contas a receber	7	-	5.123
Recebimento de arrendamento financeiro	8b	44.462	42.523
Recebimento de subarrendamento financeiro	8a	-	45.063
Impostos e contribuições	12.2	1.266	4.937
Aumento (Redução) de passivos:			
Fornecedores	9	(7.605)	(5.093)
Outros passivos		(50)	455
Impostos e contribuições a recolher	12.2	(393)	(1.034)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais		(190.837)	81.408
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Resgates (aplicações) líquidas em recebíveis de ativos financeiros (1)	7.4	235.925	(65.604)
Recursos líquidos (utilizados nas) gerados pelas atividades de investimentos		235.925	(65.604)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(35.291)	(15.801)
Pagamento juros sobre dividendos		(1.324)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos		(36.615)	(15.801)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício		8.473	3
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		6	3
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		8.479	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(1) Valores referentes às movimentações da aplicação em recebíveis do FIDC-NP, conforme nota explicativa 7.2

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Receitas		
Outras receitas (a)	118.560	-
PCE	(650)	-
Recuperação de despesas	-	1
	117.910	1
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.909)	(3.091)
Indenização a terceiros	(226.219)	-
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	-	(5.762)
	(228.128)	(8.853)
Valor adicionado bruto	(110.218)	(8.852)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(110.218)	(8.852)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais ativas	80.282	58.121
	(29.936)	49.269
Tributos		
Federais (b)	(3.169)	3.866
Municipais	(423)	6.291
	(3.592)	10.157
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	1.349	839
	1.349	839
Acionistas		
Dividendos	-	9.090
Lucros (prejuízos) retidos	(27.693)	29.183
	(27.693)	38.273
Valor adicionado total distribuído	(29.936)	49.269

(a) Venda de turbogerador, conforme nota explicativa 16.

(b) Inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 12.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Baixada Santista Energia S.A. (“Companhia” ou “BSE”), sediada em Cubatão, estado de São Paulo, foi constituída em 23 de março de 1999, tendo como objeto o desenvolvimento, financiamento, construção, operação e manutenção de usinas termelétricas, com o objetivo de produzir, comercializar, adquirir, exportar e importar energia elétrica e vapor das instalações, observados os termos e condições previstos na legislação aplicável.

A Companhia reduziu significativamente suas atividades operacionais conforme descrito na NE 1.1, mantendo exclusivamente com a sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras a prática de compartilhamento de custos. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1 Contratos de ativos de geração de energia

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu à Companhia o Contrato de Arrendamento da Usina Termelétrica (UTE) Piratininga, localizada na capital paulista, firmado em 27 de abril de 2007 com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE. O contrato, que teve duração de vigência de 17 anos e encerramento em 26 de abril de 2024, estabeleceu pagamentos anuais de R\$ 45.000 a partir da eficácia do Contrato reajustados pelo IGP-M. A última parcela foi paga pela Companhia, como arrendatária, em dezembro de 2023.

Em 3 de janeiro de 2011, a Companhia, na qualidade de arrendadora, celebrou com a Petrobras o Contrato de Locação do conjunto turbogerador composto por 1 (uma) turbina a gás e por 1 (um) gerador, acionado pela turbina a gás. O contrato estabelece recebimentos semestrais de R\$ 11.100, pelo prazo de 5.611 (cinco mil e duzentos e quarenta e seis) dias, com vigência até 14 de maio de 2026. Em 26 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a venda do turbogerador ocasionando o encerramento antecipado do contrato (nota explicativa 16).

Adicionalmente, a Companhia celebrou, em 1º de julho de 2017, o Contrato de Disponibilidade de Máquinas com a Petrobras, cujo objeto foi a disponibilização das Unidades Geradoras 3 e 4 (dois turbogeradores) da UTE Piratininga, com capacidade instalada de 95 MW cada, para operação em ciclo combinado com a UTE Nova Piratininga, operada pela Petrobras. Esse contrato estabeleceu recebimentos mensais de R\$ 7.214 e vigência até 27 de abril de 2024. A última parcela foi recebida pela Companhia, como arrendadora, em maio de 2024.

Considerando que o Contrato de arrendamento da UTE Piratininga junto à EMAE e o Contrato de Disponibilidade de Máquinas junto à Petrobras já se encontravam encerrados, e que em 26 de dezembro de 2025 ocorreu o encerramento antecipado do Contrato de Locação do turbogerador, a Petrobras iniciou os estudos visando definir os cenários e alternativas de otimização societária da BSE. Até a deliberação da alternativa de otimização societária, a Petrobras seguirá como responsável pelo suporte financeiro da Companhia por período indefinido, não inferior aos doze próximos meses, mantendo assim o pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Termo de encerramento definitivo das pendências do contrato de arrendamento da UTE Piratininga com quitação total

Em razão do interesse das partes em negociar de forma global os termos de encerramento definitivo das pendências do Contrato de arrendamento da UTE Piratininga, em 26 de abril de 2024, a BSE, EMAE e PETROBRAS firmaram o Termo de Quitação Parcial e Pendências. Em 24 de julho de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da BSE aprovou a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo com quitação total das pendências do contrato de arrendamento da UTE Piratininga, no qual a Companhia assumiu a obrigação do pagamento do valor indenizatório de R\$ 226.219. A obrigação foi quitada em 27 de agosto de 2025.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Companhia realizou algumas alterações na apresentação das demonstrações financeiras do exercício atual e anterior para aprimorar o entendimento da sua posição financeira e patrimonial, conforme a seguir:

- Mudança na nomenclatura da rubrica de imposto de renda e contribuição social, inclusive a do diferido, para tributos sobre o lucro e tributos diferidos sobre o lucro.

A Diretoria Executiva da Companhia, em reunião realizada em 04 de março de 2026, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Práticas contábeis materiais

As práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da Companhia ao longo do próximo exercício social.

4.1. Fontes de incerteza em provisões para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 11.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board - IASB

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2025 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Annual Improvements – Volume 11</i>	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); divulgação de ganho ou perda no desreconhecimento de ativos, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de facto' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas.
<i>Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	<p>De forma geral, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.</p> <p>Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.</p> <p>Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.</p>	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
<i>Contracts Referencing Nature-dependent Electricity - Amendments to IFRS 9 and IFRS 7</i>	As emendas promovem alterações nas IFRS 9 e IFRS 7 para fins de reporte de contratos de eletricidade relacionados à natureza. Tais emendas incluem: esclarecimento sobre aplicação dos requerimentos <i>own-use</i> ; permissão da utilização da contabilização de <i>hedge</i> se esses contratos forem utilizados como instrumentos de <i>hedge</i> ; e requerimentos adicionais de divulgação.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<i>IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	<p>A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:</p> <ol style="list-style-type: none">Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas;Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão;Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; eNovos requerimentos de divulgação. <p>Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração dos fluxos de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p>	<i>1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.</i>
<i>IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures</i>	<p>A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) em suas demonstrações financeiras.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards).</p>	<i>1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas</i>
<i>Translation to a Hyperinflationary Presentation Currency - Amendments to IAS 21</i>	<p>As emendas estabeleceram alterações nas IAS 21 e IAS 29 para especificar os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária. As alterações aplicam-se quando a entidade converte para tal moeda de apresentação:</p> <ol style="list-style-type: none">seus resultados e balanço patrimonial, e a moeda funcional da entidade é a de uma economia não hiperinflacionária; e/ouos resultados e o balanço patrimonial de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.	<i>1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas.</i>

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras consolidadas.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), tal como emitidos pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2025 bem como as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) equivalentes, quando aplicável:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	<i>1º de janeiro de 2027</i>
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51	<i>IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements (Appendix D)</i>	<i>1º de janeiro de 2027</i>

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados na nota explicativa 6.1.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, os quais atendem à definição de equivalentes de caixa.

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e Bancos	1	6
Aplicações financeiras de curto prazo		
Fundos de Investimento DI e operações compromissadas	8.478	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.479	6

Até maio de 2025, os recursos financeiros disponíveis da Companhia eram majoritariamente aplicados em cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 7.4). Contudo, com a edição do Decreto nº 12.499 de 11 de junho de 2025, que afetou as novas aplicações em cotas do FIDC, a Administração reavaliou a política de gestão de caixa.

A partir de junho de 2025, a Companhia destinou os recursos financeiros disponíveis para aplicações financeiras que possuem prazos de vencimento de até três meses, contados a partir da data de sua aquisição. Essas aplicações ocorrem em fundos de investimentos, que direcionam para títulos públicos federais brasileiros e operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas).

Prática contábil

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros		
Outras contas a receber	650	650
Perdas de créditos esperadas	(650)	-
Subtotal - Terceiros	-	650
Partes relacionadas (nota explicativa 10.1)		
Venda imobilizado (i)	136.298	-
Arrendamento financeiro (ii)	4.871	19.284
Subtotal - Partes relacionadas	141.169	19.284
Total do contas a receber	141.169	19.934
Circulante	141.169	19.934

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (i) Em 26 de dezembro de 2025, a companhia concluiu a venda do conjunto turbogerador para a Petrobras no valor de R\$ 136.298, com vencimento em 29/01/2026. O valor da operação foi definido com base em laudo de avaliação técnica, considerando critérios conforme norma brasileira para avaliação de bens.
- (ii) O saldo corresponde ao valor de arrendamento não quitado até a data da venda do turbogerador.

7.2. Aging do Contas a receber – Terceiros

	31.12.2025		31.12.2024	
	Contas a receber	PCE	Contas a receber	PCE
A vencer	650	(650)	650	-
Total	650	(650)	650	-

7.3 Movimentação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Adições	650	-
Total	650	-
Circulante	650	-

A Companhia possui saldo a receber de terceiros referente a ressarcimento solicitado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, decorrente de pagamento realizado a maior pela BSE. Considerando a incerteza quanto à efetiva realização desse crédito, a Companhia avaliou a necessidade de constituir provisão para perda de crédito esperada.

7.4 Contas a receber – FIDC

	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	30.020	243.376
Total	30.020	243.376

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A redução é decorrente do montante resgatado para quitação do termo de encerramento definitivo das pendências do contrato de arrendamento com a EMAE, realizado em 27 de agosto de 2025, conforme nota explicativa 1.2.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

8. Arrendamentos

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos		
Arrendamento mercantil	4.871	19.284
Total do arrendamento	4.871	19.284
Circulante	4.871	19.284

a) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil - Contrato Disponibilidade de Máquinas

O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	43.916
Recebimentos de principal e juros	(45.063)
Encargos nominiais incorridos	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

b) Recebíveis mínimos de arrendamento mercantil – Contrato de Locação do Turbogenerador nº2

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O arrendamento mercantil financeiro é representado pelo Contrato de Locação do conjunto turbogerador nº 02 (“TG02”) à Petrobras (nota explicativa 1.1). Em 14/11/2024, foi assinado o 2º Termo Aditivo, cujo objeto foi a postergação do prazo do contrato em 180 dias, passando a vigorar até o dia 14/05/2025. Nessa mesma data, foi assinado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de locação para nova postergação de prazo em mais 365 dias, alterando a vigência para 14/05/2026. Em 26/12/2025, a BSE e a Petrobras assinaram o instrumento de compra e venda do “TG02” no valor de R\$ 136.298 (nota explicativa 16), com consequente encerramento antecipado do Contrato de Locação do Turbogenerador.

O saldo remanescente corresponde ao valor de aluguel não quitado até a data da venda do turbogerador à Petrobras.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.284
Recebimento de principal e juros	(44.462)
Aditivo	37.727
Baixa	(17.360)
Encargos nominais incorridos	9.682
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.871

Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.581
Recebimentos de principal e juros	(42.523)
Aditivo	18.856
Reajuste	1.833
Encargos nominais incorridos	6.537

Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.284
--	---------------

O saldo do valor presente dos recebimentos mínimos por vencimento está composto da seguinte forma:

	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2026	4.871	-	4.871
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.871	-	4.871
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.262	(1.978)	19.284

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Os rendimentos, classificados como receita de arrendamento, são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível ao valor presente.

Recebimentos contingentes são reconhecidos como receitas quando incorridos.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros	167	7.772
Total	167	7.772
Circulante	167	7.772

O saldo a pagar a terceiros é composto por serviços terceirizados de auditoria e honorários contábeis, e custo compartilhado com a controladora Petrobras. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a pagar a terceiros era composto pelo valor cobrado pela EMAE, referente ao reembolso de cobrança de IPTU no valor de R\$ 7.621. O saldo devido a EMAE, foi liquidado em 31 de janeiro de 2025.

10. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos eram os seguintes:

10.1. Transações comerciais e outras operações

	31.12.2025			31.12.2024	
	Notas	Petrobras	FIDC-NP	Total	Total
Ativo					
Contas a receber					
Venda de turbogerador 02	16	136.298	-	136.298	-
Arrendamento mercantil financeiro do turbogerador	8	4.871	-	4.871	19.284
Contas a receber - FIDC	7.4	-	30.020	30.020	243.376
Total		141.169	30.020	171.189	262.660
Circulante		141.169	30.020	171.189	262.660
Passivo					
Dividendos a pagar					
	13.4	993	-	993	9.090
Compartilhamento de custos		97	-	97	48
Total		1.090	-	1.090	9.138
Circulante		1.090	-	1.090	9.138
Resultado					
Receita de venda do turbogerador 02					
	16	118.560	-	118.560	-
Receita de arrendamento financeiro do turbogerador					
	14	47.409	-	47.409	27.226
Receita sobre o subarrendamento					
		-	-	-	1.147
Receitas financeiras líquidas					
	14	-	23.363	23.363	21.484
Custos compartilhados					
		(97)	-	(97)	(48)
Total		165.872	23.363	189.235	49.809

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10.2 Remuneração dos membros chave da administração

As remunerações totais dos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Baixada Santista Energia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços públicos, e pelo Ministério de Minas e Energia.

As remunerações totais dos membros do Conselho Fiscal da BSE são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Conselho fiscal		
Salários	73	70
Encargos sociais	15	14
Remuneração total	88	84
Número de membros	3	3
Número de membros remunerados	3	3

Em 30 de abril de 2025, a Assembleia Geral aprovou o montante limite da remuneração dos membros titulares do Conselho Fiscal em R\$ 120 para o período compreendido entre abril de 2025 e março de 2026, conforme autorizado pela SEST (OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 187/2024/MGI). A remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios. No exercício de 2025, a remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais foi de R\$ 2 (R\$ 2 em 2024).

Os membros da diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias diretamente da Baixada Santista Energia S.A. As despesas de remuneração da Diretoria são reembolsadas à controladora Petrobras, conforme deliberado pela referida Assembleia Geral. Em 2025, foi de R\$ 813 (R\$ 676 para o mesmo período de 2024).

11. Processos judiciais e contingências

11.1. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia constituiu em 2024 provisão para processos judiciais e administrativos em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. A única ação provisionada em 2024 refere-se a honorários advocatícios relativos ao processo judicial nº 83167-41.2014.4.01.3400, da 1ª Vara Federal do Distrito Federal, já transitado em julgado. Em dezembro de 2025, o referido processo foi definitivamente arquivado, sendo a provisão contabilmente revertida em conformidade.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2025	31.12.2024
Cível	-	23
Total	-	23

A movimentação dos processos judiciais provisionados no exercício está apresentada a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	23	21
Atualização	(23)	2
Saldo final	-	23

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.2. Processos judiciais e administrativos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos, que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2025	31.12.2024
Ambiental	16	14
Fiscais	8.552	7.706
Cível	13	12
Total	8.581	7.732

11.2.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível e ambiental, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza ambiental

Estimativa

	31.12.2025	31.12.2024
Autor: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA		
Auto de Infração por supostamente exercer atividade potencialmente poluidora de atividade geradora de energia termelétrica sem inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal (CTF).	16	14
Total de processos de natureza ambiental	16	14

Descrição dos processos de natureza tributária

Estimativa

	31.12.2025	31.12.2024
Autor: UNIÃO FEDERAL		
Auto de infração por omissão de receitas de PIS/COFINS relativas a juros e reajuste em contratos de arrendamentos do ano calendário de 2019.	6.055	5.427
Situação atual: Apresentada impugnação, que aguarda julgamento.		

Autor: UNIÃO FEDERAL

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Procedimento administrativo lavrado em 2024 referente à compensação não homologada de Saldo Negativo de IRPJ AC 2019.	2.497	2.279
Situação atual: Manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia. Aguarda-se julgamento.		
Total de processos de natureza tributária	8.552	7.706

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	31.12.2025	31.12.2024
Autor: CREA-SP		
Auto de infração emitido pelo CREA/SP em face de suposta irregularidade consubstanciada na ausência de responsável técnico no órgão em questão nas atividades na Empresa.	13	12
Total de processos de natureza cível	13	12

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram ser mais provável que ocorra uma obrigação presente do que não e as demais condições para o reconhecimento de uma provisão sejam atendidas, incluindo o desembolso de caixa futuro.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.1.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

12. Tributos

12.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Balanco Patrimonial

	31.12.2025		31.12.2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Correntes	84.518	-	66.952	-
Diferidos	-	1.656	-	6.556

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Total	84.518	1.656	66.952	6.556
Circulante	18.533	-	5.021	-
Não circulante (i)	65.985	1.656	61.931	6.556

- i. Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

Demonstração do resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) do período antes dos impostos	(32.390)	46.476
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	11.013	(15.802)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	79	5.209
Arrendamento Financeiro	2.443	2.366
Outros	-	24
Prejuízo fiscal	(8.838)	-
Imposto de renda e contribuição social	4.697	(8.203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.900	1.145
Imposto de renda e contribuição social correntes	(203)	(9.348)
Imposto de renda e contribuição social	4.697	(8.203)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	15%	18%

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	(6.556)	(7.701)
Reconhecido no resultado	4.900	1.145
Saldo final	(1.656)	(6.556)

12.1.1 Correntes

Tributos sobre o lucro – a recuperar

	31.12.2025	Ativo Circulante 31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	18.533	5.021
Total	18.533	5.021

Os tributos sobre o lucro no ativo circulante são créditos fiscais resultantes do processo de apuração de imposto de rendas e contribuição social no exercício corrente.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.1.2 Diferidos

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber	Recebimento das parcelas de arrendamento	(1.656)	(18.665)
Imobilizado	Depreciação	-	12.109
Total		(1.656)	(6.556)
Tributos diferidos sobre o lucro - ativos		-	12.109
Tributos diferidos sobre o lucro - passivos		(1.656)	(18.665)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 25.994. A administração avaliou as perspectivas operacionais da Companhia e concluiu que não há expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em montante e prazo adequados que permitam a realização dos créditos fiscais decorrentes dos prejuízos acumulados. Desta forma, não foi reconhecido crédito fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa.

Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização dos passivos diferidos é a seguinte:

	Passivo
2026	1.656
Total	1.656

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Tributos sobre o lucro correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

b) Tributos diferidos sobre o lucro

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Este reconhecimento refere-se a todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Os tributos sobre o lucro diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

12.2. Impostos e contribuições

12.2.1 Impostos e contribuições – a recuperar

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS (i)	46	3.384	11.044	17.608
Total	46	3.384	11.044	17.608

(i) A rubrica PIS e COFINS no ativo circulante decorre de retenções na fonte realizadas pela Petrobras. Os saldos do ativo não circulante são compostos dos créditos referentes aos anos de 2023 e 2024, para os quais foram realizados os processos de pedido de restituição junto a Receita Federal do Brasil e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

12.2.2 Impostos e contribuições – a recolher

	Passivo Circulante	
	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS	64	456
Outros impostos e contribuições	1	1
Total	65	457

12.3 Reforma Tributária

A Emenda Constitucional 132/2023 instituiu a Reforma Tributária (Reforma) sobre o consumo, promovendo a substituição de cinco tributos (PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS) por um novo modelo composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de âmbito federal, e pelo Imposto Seletivo (IS). O IBS e a CBS apresentam as principais características de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA), como base ampla de incidência, não cumulatividade, não compõe a própria base de cálculo (cobrança por fora), legislação uniforme, isenção para exportações e incidência sobre importações.

A implementação da Reforma teve início em 1 de janeiro de 2026, com a aplicação de alíquotas-teste do IBS e da CBS. Em 2027, está prevista a implantação integral da CBS, a extinção do PIS e da COFINS e o possível início da cobrança do IS. Entre 2029 e 2032, haverá redução gradual das alíquotas de ICMS e ISS, enquanto a do IBS será progressivamente ampliada, até a extinção total de ICMS e ISS em 2033, consolidando o novo sistema tributário sobre o consumo.

No que se refere aos créditos fiscais de PIS e COFINS registrados no ativo em 31 de dezembro de 2025, a companhia avalia que esses créditos permanecem válidos, conforme dispositivos constitucionais do período de transição, não havendo previsão de extinção ou impedimento à sua recuperação em decorrência da Reforma.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Apesar dos avanços da Reforma, ainda permanecem incertezas relevantes quanto à definição das alíquotas dos novos tributos, à regulamentação de regimes especiais para determinados setores, à operacionalização dos créditos tributários, à implementação de mecanismos como o *split payment* e à edição de regras complementares para setores regulados, o que impede a realização de uma estimativa confiável dos impactos da Reforma.

Em razão dessas incertezas, os impactos da Reforma somente serão conhecidos após o processo de regulamentação dos temas que ainda carecem de definição. Consequentemente, não há qualquer efeito dessas mudanças nas demonstrações financeiras da BSE em 31 de dezembro de 2025.

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social realizado

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 297.136, sendo composto por 297.136 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

13.2. Destinação do resultado e remuneração ao acionista

A destinação do lucro líquido do exercício e os dividendos propostos são demonstrados a seguir:

	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício atribuível ao acionista da Baixada Santista Energia	(27.693)	38.273
Destinação do lucro líquido:		
Constituição da Reserva Legal	-	(1.914)
Lucro básico para determinação da remuneração do acionista	-	36.359
Dividendos propostos do lucro líquido:		
Dividendos obrigatórios - 25%	-	9.090
Dividendos adicionais propostos	-	27.269
Total de dividendos propostos do lucro líquido	-	36.359

13.3. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O montante reconhecido é de R\$ 2.951.

O quadro a seguir demonstra a movimentação das reservas de lucros:

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Legal	Dividendos adicionais propostos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.037	11.499	12.536
Dividendos adicionais aprovados	-	(11.499)	(11.499)
Reserva legal	1.914	-	1.914
Dividendos adicionais propostos	-	27.269	27.269
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.951	27.269	30.220
Saldos em 1º de janeiro de 2025	2.951	27.269	30.220
Dividendos adicionais aprovados	-	(27.269)	(27.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.951	-	2.951

13.4. Remuneração ao acionista da Baixada Santista Energia S.A.

O acionista terá direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. Em 2024 foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 9.090 e dividendos adicionais de R\$ 27.269, ambos pagos em 2025

Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de dividendos a pagar aos acionistas da BSE é demonstrado abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Movimentação dos dividendos a pagar		
Saldo inicial	9.090	3.833
Dividendos adicionais propostos aprovados na AGO	27.269	11.499
Atualização monetária	1.324	605
Pagamento	(36.615)	(15.801)
IRRF sobre a atualização monetária	(75)	(136)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	9.090
Saldo final	993	9.090

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta de dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.5. Resultado por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	(27.693)	38.273
Quantidade de ações	297.136.068	297.136.068
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária- (R\$ por ação)	(0,09)	0,13

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude de a BSE não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

14. Resultado financeiro líquido

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas Financeiras	70.772	51.765
Receitas com recebíveis de ativos financeiros - FIDC	22.569	21.484
Receitas com aplicações financeiras	794	-
Reajuste contratual sobre arrendamento	37.727	20.418
Receita de arrendamento financeiro do turbogerador	9.682	6.809
Receita de subarrendamento	-	1.147
Atualização monetária sobre impostos e contribuições a recuperar	-	1.093
Outras Receitas Financeiras	-	814
Despesas Financeiras	(22)	(221)
Juros sobre impostos	(22)	(210)
Outras Despesas Financeiras	-	(11)
Variações monetárias, líquidas	8.183	5.738
Atualização monetária de impostos a recuperar	9.507	6.343
Atualização monetária de dividendos pagos	(1.324)	(605)
Total	78.933	57.282
Receitas	70.772	51.765
Despesas	(22)	(221)
Variações monetárias, líquidas	8.183	5.738
Total	78.933	57.282

15. Custos e despesas por natureza

15.1 Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas	2025	2024
Serviços, aluguéis e encargos gerais	(353)	(559)
Despesas com proventos a conselheiros e dirigentes	(892)	(801)
Despesas com compartilhamento de custos	(686)	(628)
Reversão da provisão de contingência	23	16
Total	(1.908)	(1.972)

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15.2 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2025	2024
Indenização à EMAE (i)	(226.219)	-
Baixa de recebíveis (ii)	-	(1.119)
Perdas para créditos esperadas	(650)	-
Recuperação de despesas	-	1
Total	(226.869)	(1.118)

- i) Referente ao valor indenizatório pago à EMAE em 27 de agosto de 2025, conforme termo de encerramento definitivo de pendências e venda do turbogerador (vide nota 1.2);
- ii) O saldo do exercício de 2024 refere-se à baixa de saldo a receber da CCEE, conforme ata de 09/2024, e também de valores a receber da Petrobras.

15.3 Despesas tributárias

Despesas tributárias	2025	2024
PIS/COFINS	(1.529)	(1.425)
Impostos e taxas (i)	423	(6.291)
Total	(1.106)	(7.716)

- (i) Referente a reversão de provisão do IPTU a pagar a EMAE conforme correção do cálculo da cédula no valor de R\$ 443, e taxas de registro de atas e taxas de licenciamento no valor de (R\$ 20).

16. Resultado na venda de turbogerador

O conjunto turbogerador “TG02” era vinculado ao contrato de locação com a Petrobras, que tinha vigência até maio de 2026. Em 26 de dezembro de 2025 a BSE concluiu a venda do conjunto turbogerador para a Petrobras no valor de R\$ 136.298, e consequentemente o contrato de locação foi encerrado antecipadamente. Na data do encerramento o saldo do contrato era de R\$ 17.378. O resultado apurado na venda (R\$ 118.560) é o efeito líquido da baixa do saldo do contrato de arrendamento e o valor de venda do equipamento.

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

17.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2025 e 2024 não foram identificados derivativos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	8.479	6
Contas a receber de clientes, líquidas	141.169	19.934
Contas a receber - FIDC	30.020	243.376
Ativo circulante	179.668	263.316
Total do ativo	179.668	263.316
Passivo		
Fornecedores	167	7.772
Passivo circulante	167	7.772
Total do passivo	167	7.772

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

17.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

17.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus Diretores, com base em sua política corporativa própria para gerenciamento de riscos da desdobrada de sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

17.3.1. Risco de mercado

12.3.1.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas da Petrobras, não estando, portanto, exposta.

17.3.2. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo do contas a receber que, por sua vez, é atenuado por possuir como principal cliente a sua controladora Petrobras.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

17.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. A Companhia utiliza seus recursos principalmente para pagamentos a seus fornecedores e prestadores e a maioria de seus passivos financeiros possuem vencimento menor que um ano.

18. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2026 a Companhia recebeu da Petrobras o montante líquido de R\$ 133.300, decorrente da alienação do conjunto turbogerador denominado “TG02”, deduzidos dos tributos retidos na fonte incidentes sobre o valor bruto da operação, que totalizou R\$ 136.298. A operação encontra-se detalhada na Notas Explicativa 16.

Baixada Santista Energia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Diretoria Executiva

Diretoria Executiva

Marcelo Ferreira Pellegrini

Marcelo Ferreira Pellegrini (12 de março de 2026 09:46:23 ADT)

Marcelo Ferreira Pellegrini
Diretor Técnico

Aline Dias Leonardi

Aline Dias Leonardi (11 de março de 2026 09:54:46 ADT)

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa

Fabiana Castro Soares Xavier

Fabiana Castro Soares Xavier (11 de março de 2026 11:16:55 ADT)

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA
CRC/RJ 001.137/O-0
Fabiana Castro Soares Xavier
Contadora
CRC RJ 111.113/O-7

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras - Exercício Social 2025

**Ao Conselho de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras e aos
Conselhos de Administração e Diretorias Executivas
das Sociedades do Conglomerado Petrobras**

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras (CAE Conglomerado ou Comitê) é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (Petrobras ou Companhia), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras, especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei nº 13.303/2016) e pelo Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016 (Decreto nº 8.945/2016) e demais disposições contidas em seu Regimento Interno (Regimento).

O CAE Conglomerado tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração da Petrobras naqueles temas que requerem manifestação do Conselho de Administração da holding, bem como assessorar os Conselhos de Administração, quando houver, as Assembleias de Acionistas ou as Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado Petrobras, representadas pelo conjunto de subsidiárias da Petrobras, entendidas como empresas estatais sediadas no país cuja maioria das ações com direito a voto pertence, direta ou indiretamente, à Companhia.

O CAE Conglomerado atua, no âmbito principalmente, na análise e supervisão: (i) da qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) da efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) da atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos Auditores Independentes e dos Auditores Internos; (iv) do gerenciamento de riscos; (v) das transações com partes relacionadas; (vi) dos cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS); e (vii) da adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

Em 2025, as seguintes sociedades faziam parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado: (i) Baixada Santista Energia S.A. (BSE); (ii) Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO); (iii) Petrobras Logística de Exploração e Produção S.A. (PB-LOG); (iv) Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P); (v) Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA); (vi) Termobahia S.A. (TERMOBAHIA); e (vii) Termomacaé S.A. (TERMOMACAÉ).

Insta informar que em 27 de novembro de 2025, a PB-LOG tornou-se subsidiária da Petrobras Transporte S.A (Transpetro) e passou a compartilhar o Comitê de Auditoria Estatutário da nova controladora, deixando de fazer parte do escopo de atuação do CAE Conglomerado.

Durante o exercício de 2025, o Comitê foi presidido pelo Membro Externo Fabio Veras de Souza, que ocupa a presidência desde 01/06/2023.

O CAE Conglomerado atualmente é composto por 5 (cinco) membros designados pelo Conselho de Administração, sendo eles: (i) Membro Externo e Presidente do Comitê Fabio Veras de Souza; (ii)

Conselheiro de Administração Aloisio Macário Ferreira de Souza; (iii) Conselheiro de Administração Jerônimo Antunes; (iv) Membro Externo Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira; e (v) Gustavo Amarante Gabriel.

O presente relatório retrata as atividades desempenhadas pelo Comitê no período de 1º-1-2025 até 31-12-2025.

Resumo das atividades no Ano de 2025

No período de 22 de janeiro de 2025 (primeira reunião ordinária) a 9 de dezembro de 2025 (última reunião ordinária), o CAE Conglomerado realizou 28 reuniões, que representaram uma duração aproximada de 43 horas. Foram apreciadas 160 pautas¹ e emitidas 69 Manifestações, todas diligenciadas dentro do prazo estabelecido para atendimento, resultando em 241 páginas de registros, conforme ilustrado a seguir:

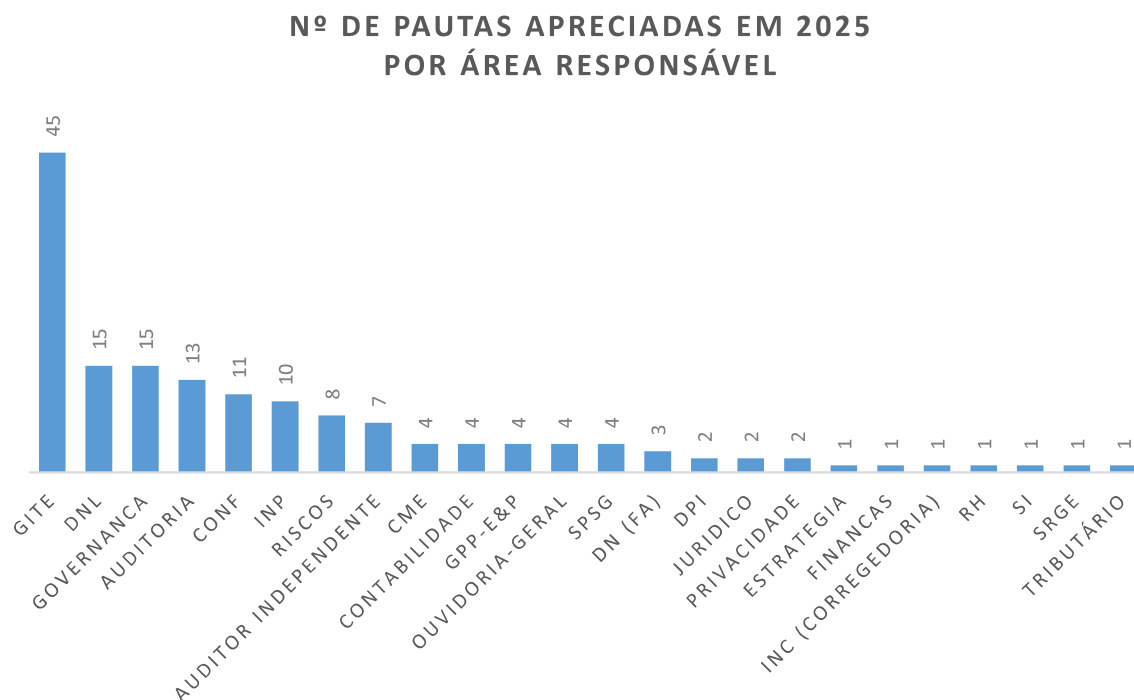


Figura 1: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por área responsável²

As pautas examinadas pelo CAE Conglomerado contemplaram (i) manifestações feitas pelo próprio Comitê, visando o exercício de suas atribuições; (ii) matérias definidas em seu Calendário Anual de Pautas Fixas; (iii) propostas submetidas ao Conselho de Administração ou aos órgãos da sociedade do Conglomerado,

¹ Em 2025, além do número de pautas aqui mencionado, o CAE Conglomerado também deliberou sobre 30 temas internos do Comitê. Esses assuntos incluíram definição de datas de reuniões, aprovação de atas, orientações gerais, elaboração do relatório anual de atividades, organização do Calendário de Pautas Fixas, programação de visitas técnicas e a elaboração do reporte trimestral das atividades do CAE Conglomerado para o CAE.

² Siglas das Unidades Responsáveis: Comercialização no Mercado Externo (CME), Gestão de Parcerias e Processos de E&P (GPP-E&P), Desenvolvimento de Negócios (DN) que teve seu nome alterado para Fusões e Aquisições (FA) em 1-10-2025, Diretoria Executiva de Processos Industriais e Produtos (DPI), Supervisão de Planos de Previdência, Operações e Gestão Financeira de Seguros e Garantias (SPSG), Estratégia e Planejamento (ESTRATÉGIA), Integridade Corporativa (INC), incorporada em 27-6-2025 à Corregedoria-Geral (CORREGEDORIA), Recursos Humanos (RH), Segurança da Informação (SI) e Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia (SRGE).

que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Comitê; (iv) além de assuntos encaminhados por diferentes áreas da Companhia para ciência do Comitê, distribuídas conforme indicado na Figura 2, abaixo.

**PAUTAS APRECIADAS 2025
POR TIPO**

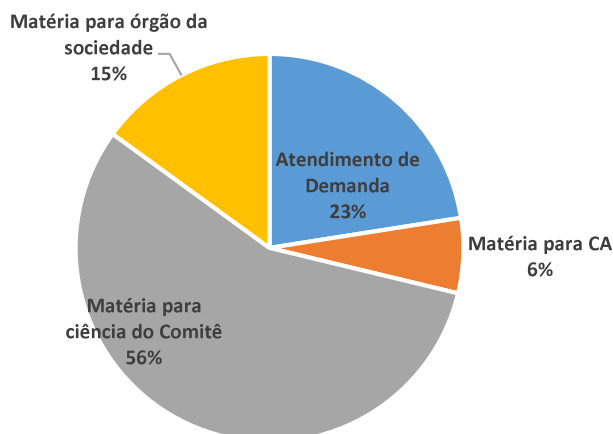


Figura 2: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo

O gráfico abaixo (Figura 3) apresenta a distribuição das pautas analisadas pelo CAE Conglomerado ao longo do período, segmentadas por assunto e tipo de pauta. Os principais temas, aqui listados, serão abordados em detalhes posteriormente, no item 4 deste relatório.

**PAUTAS APRECIADAS PELO CAECO 2025
Por tipo e Grandes Temas**

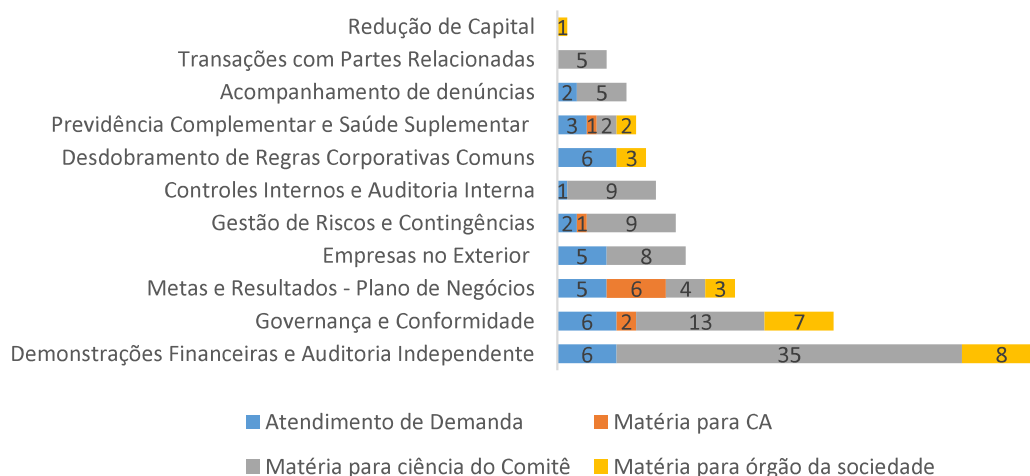


Figura 3: Distribuição das pautas apreciadas pelo CAE Conglomerado, no período, por tipo e grande temas
Nesse período, o CAE Conglomerado emitiu 69 Manifestações, o que representa uma média de 2,5 manifestações por reunião. As manifestações podem ser solicitações, orientações e sugestões, conforme definidas no padrão de funcionamento do Comitê:

- As solicitações são aquelas em que as unidades responsáveis deverão retornar ao Comitê, conforme prazo definido ou para acompanhamento periódico, como *follow-up*;
- As orientações são aquelas que o Comitê espera que sejam seguidas pelas unidades responsáveis, sem retorno obrigatório ao Comitê, e, geralmente, estão relacionadas aos assuntos encaminhados;
- As sugestões são aquelas emitidas para as unidades responsáveis, que irão realizar uma avaliação de pertinência e oportunidade de acolhimento.

A distribuição das 69 Manifestações emitidas, em 2025, pelo CAE Conglomerado pode ser visualizada na figura a seguir:

MANIFESTAÇÕES EMITIDAS 2025 POR CATEGORIA

■ Orientação ■ Solicitação - Retorno Único ■ Sugestão

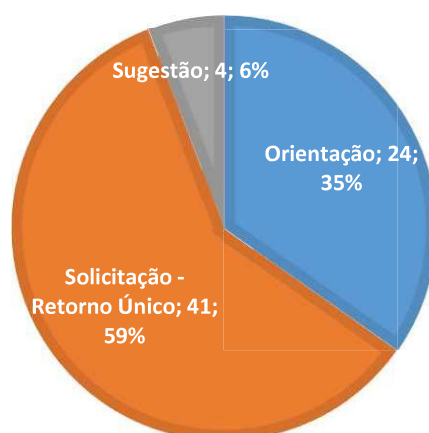


Figura 5: Representatividade dos tipos de manifestações emitidas pelo CAE Conglomerado em 2025

Ao longo do período, foram diligenciadas 52 Solicitações do Comitê, tendo sido 42 atendidas em 2025, sendo que 11 originaram-se em 2024. Das 10 solicitações que permaneceram em atendimento no período, 2 foram canceladas e 8 encontram-se dentro do prazo de atendimento, previsto para 2026 (Figura 6).

**STATUS E Nº SOLICITAÇÕES ACOMPANHADAS 2025
POR DATA DE EMISSÃO**

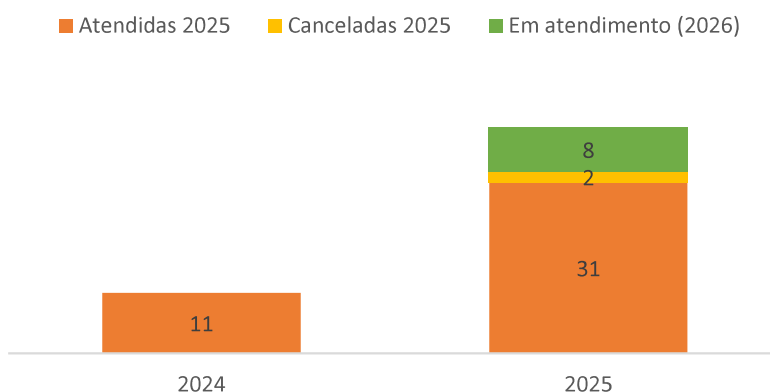


Figura 6: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por data de emissão

A Figura 7, a seguir, indica a distribuição das 52 Solicitações do CAE Conglomerado acompanhadas no período, por unidade técnica da *holding* responsável.

**STATUS E Nº SOLICITAÇÕES ACOMPANHADAS 2025
POR UNIDADE RESPONSÁVEL**

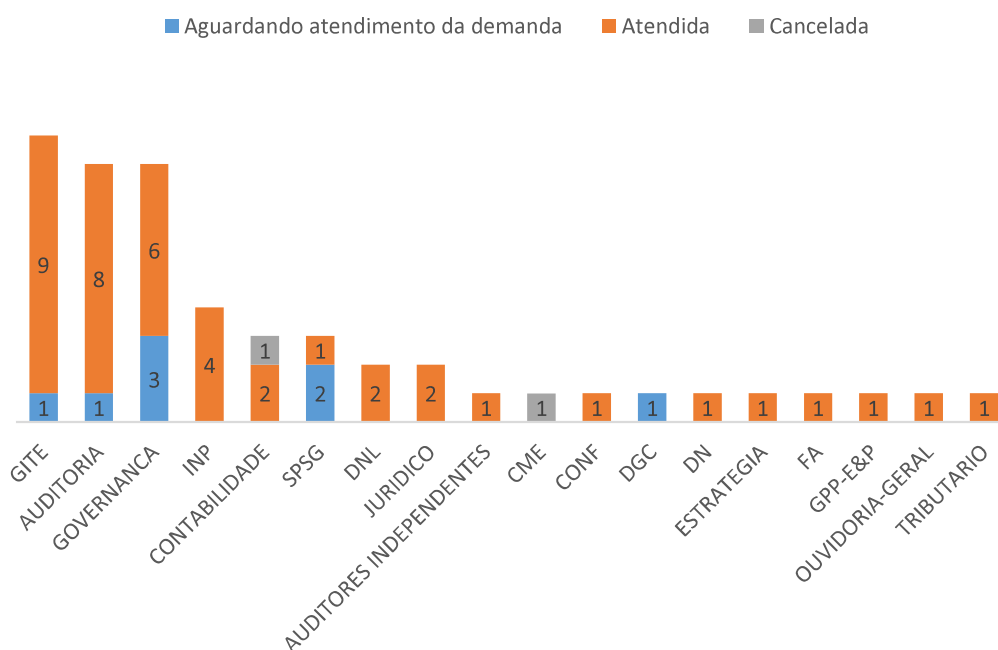


Figura 7: Situação do Diligenciamento das Solicitações do CAE Conglomerado em 2025, por unidade responsável

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

Demonstrações Financeiras e Auditoria Independente

- Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, relativas ao exercício social findo em 31/12/2025, mediante reuniões periódicas com os administradores e auditores independentes;

Governança e Conformidade

- Reporte trimestral da Ouvidoria-Geral sobre as denúncias das denúncias de incidentes de conformidade de muito alto e alto risco;
- Apreciação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa 2025 (ano base 2024);
- Acompanhamento anual da Matriz de Riscos de Conformidade e reportes trimestrais de atividades de Governança, Conformidade e Privacidade referente ao exercício de 2025;
- Supervisão das indicações de Administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) e de Conselheiros Fiscais nas sociedades do CAE Conglomerado;

Metas e Resultados – Planos de Negócios

- Análise do cumprimento das Metas e Resultados referentes ao Plano de Negócios de 2024, bem como acompanhamento contínuo da evolução da visão estratégica de futuro das Sociedades do Conglomerado.

Empresas no Exterior

- Acompanhamento sistemático das empresas do Sistema Petrobras sediadas no exterior;

Gestão de Riscos e Contingências

- Apreciação do Relatório Integrado de Atividades de Gestão de Riscos 2024, além do acompanhamento da evolução da Matriz de Riscos Empresariais (riscos altos e muito altos) das sociedades;

Controles Internos e Auditoria Interna

- Avaliação, aprovação e acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna 2025, assim como análises dos pontos de atenção relevantes (muito alto, alto e médio riscos) e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como o monitoramento de providências saneadoras adotadas pela Administração;

Desdobramento de Regras Corporativas Comuns

- Monitoramento dos indicadores de adoção das Regras Corporativas Comuns (RCC) para 2025, visando garantir alinhamento e conformidade entre as empresas;

Previdência Complementar e Saúde Suplementar

- Avaliação do Relatório Anual de Supervisão da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros – Exercício 2024, Revisão Anual das Premissas Atuariais CVM 2025 Petrobras e acompanhamento da Governança e a Política de Investimentos da Fundação Petros;

Transações com Partes Relacionadas

- Análises do relatório trimestral das transações com partes relacionadas das Sociedades do Conglomerado;

Visitas Técnicas

- Visitas às instalações da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), à Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA), ao Complexo Boaventura, à Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), ao Centro de Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES), com o objetivo de observar in loco a operação e o cotidiano das unidades, e obter uma visão mais clara dos processos. Essas ações aproximaram o Comitê das equipes, facilitando o diálogo sobre melhorias e desafios operacionais.

Conclusões e recomendações aos Conselhos de Administração ou Diretorias Executivas das Sociedades do Conglomerado

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

- (i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- (ii) a Auditoria Independente é efetiva e não foram reportadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;
- (iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração das Sociedades do Conglomerado; e
- (iv) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

Neste contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, o CAE Conglomerado declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estando todos os fatos relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras das Sociedades do Conglomerado Petrobras auditadas.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2026.

Fábio Veras de Souza

Membro Externo e Presidente do
CAE Conglomerado Petrobras

Jerônimo Antunes

Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE Conglomerado Petrobras

Aloiso Macário Ferreira de Souza

Conselheiro de Administração da Petrobras e
Membro do CAE do Conglomerado Petrobras

Eugênio Tiago Chagas Cordeiro e Teixeira

Membro Externo do CAE Conglomerado Petrobras

Gustavo Amarante Gabriel

Membro Externo do CAE do Conglomerado Petrobras